

Brasil e FMI querem ²¹⁰acordo que seja cumprido

por Reginaldo Heller
do Rio

A principal discordância entre os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo brasileiro não reside, basicamente, na meta a ser fixada para a taxa de inflação em 1983, se da ordem de 130 a 140% (ou mais precisamente, 138%) como deseja o FMI, ou se algo em torno de 150 ou 160%, como já antevêem as autoridades brasileiras. Afinal, para alguns cálculos que se inserem no novo memorando técnico de entendimento, o que vale é a taxa média de inflação, já perfeitamente estimada em torno de 130%. Também não há mais tanta controvérsia acerca dos critérios a serem estabelecidos para o cálculo do déficit público, pois, de qualquer maneira, os números finais terão de ser sensivelmente menores.

A grande razão para o cuidado que ambas as partes estão tendo na conclusão do acordo reside, basicamente, nas reais possibilidades de ele ser, efetivamente, cumprido. Nem o FMI pretende aceitar termos impossíveis de serem implementados, o que implicaria um desgaste para sua atuação internacional, nem o governo brasileiro deseja aceitar metas inviáveis que o colocaria, dentro de dois ou três meses, sob um novo e mais crucial impasse.

A questão do déficit público é, portanto, o epicentro de toda a questão, antes mesmo da meta da inflação, e até intimamente a ela vinculada. A fixação de uma taxa menor de inflação facilitaria ao FMI, para a liberação das duas parcelas restantes do empréstimo, já que os técnicos da instituição internacional consideram que o principal elemento, hoje, de propulsão dos preços recai, quase exclusivamente, sobre os gastos públicos, cujos cortes são considerados insuficientes.

Assim, uma meta mais austera implicaria, no entender do FMI, ação mais direta sobre o déficit público. No caso brasileiro, as tremendas dificuldades que já se arrastam há cerca de três anos, desde que foi criada a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST) para deter a propensão endógena e quase autônoma a gastar do setor público, inibem o governo de adotar uma taxa menor de inflação.

E é, por isso mesmo, que as medidas mais contundentes adotadas até agora objetivam um aumento de receita e não, exatamente, redução de despesas, ainda que o corte nos salários possa representar uma contenção substancial do custeio público. De qualquer forma, não se trata, apenas, do prestígio do FMI e da credibilidade do governo.